

Por uma Arqueologia anticolonial: a ocupação Kayapó Meridional no Triângulo Mineiro e a colonização de guerra

Thandryus Augusto Guerra Bacciotti Denardo *

DENARDO, T.A.G.B. Por uma Arqueologia anticolonial: a ocupação Kayapó Meridional no Triângulo Mineiro e a colonização de guerra. R. Museu Arq. Etn. 37: 132-148, 2021.

Resumo: O Projeto Quebra-Anzol realizou, nas últimas quatro décadas, pesquisas de campo intensivas e sistemáticas na região do Triângulo Mineiro, a fim de buscar estabelecer a história de longa duração da ocupação territorial Kayapó Meridional. O sítio Santa Luzia, localizado em Pedrinópolis/MG, foi identificado como o sítio lito-cerâmico mais antigo, com datações de cerca de 1830 ± 183 anos AP. A cultura material local revela grande domínio da paisagem, bem como um grande adensamento populacional decorrente da agricultura. Com essas evidências, é possível contrapor o discurso colonialista, que ora justificou as então chamadas “guerras justas”, ora justificou outras formas de dominação, como os aldeamentos. A análise de documentos históricos, como legislação, cartas, ou mesmo levantamentos corográficos, juntamente com os dados arqueológicos, permite compreender a história de longa duração a partir de diversos momentos, a fim de realizar um descentramento do colonizador para o colonizado, dos portugueses para os indígenas. Assim, a Arqueologia, que se constitui como uma ciência de destruição e morte, também pode ser uma ciência da resistência de vida dos povos indígenas, que lutam ainda hoje diante de uma colonização que persiste, por exemplo, nas invasões de terras indígenas por latifundiários. Colonização esta que, sob o olhar não colonial, não é nem de exploração e nem de povoamento, como aparece nos livros didáticos, mas sim de invasão, de guerra.

Palavras-chave: Kayapó meridional; Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; Anticolonialismo.

*na verdade, o Brasil o que será?
O Brasil é o homem que tem sede ou quem vive
da seca do sertão?
Ou será que o Brasil dos dois é o mesmo o que
vai é o que vem na contra-mão?
[...]*

*O Brasil é o lixo que consome ou tem nele o
maná da criação?
(Viáfora e Barreto, A Cara do Brasil)*

Uma das principais questões que se coloca para a arqueologia do século XXI é sobre o seu papel: “arqueologia para quem e para que?”. Uma das possíveis respostas vem da necessidade de se afastar da epistemologia positivista (e neoevolucionista)

* Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e doutorando em Arqueologia pela mesma unidade. <thandryus@gmail.com>

que predominou no processualismo, a partir de perspectivas decoloniais e anticoloniais. Essa posição já foi colocada teoricamente na América Latina desde a década de 1970 com a consolidação da Arqueologia Social Latino-Americana em uma base marxista, na qual as arqueólogas e os arqueólogos não deveriam ser apenas pesquisadores(as), mas também atores sociais, o que levaria a um refinamento teórico-metodológico (Linares 2013). Isso serve para se contrapor a uma arqueologia que fortalece o discurso da história oficial, que coloca a sociedade como “híbrida”, na qual a elite crioula, que se coloca como descendente direta dos colonizadores espanhóis, aparece “naturalmente” como a classe que deve governar e ter seus interesses atendidos (Benavides 2011). Já no caso brasileiro, é ilustrativo o discurso da “democracia racial”, que no fundo tinha como objetivo político a eugenia e a perpetuação das vantagens dos homens brancos (Schwarcz 2013).

Pelo fato de estar inserida na periferia do sistema global do atual estágio do capitalismo, a América Latina também é um palco que torna possível ver de forma mais clara e fantasiosa as contradições inerentes a esse modo de produção e as diferentes estratégias adotadas nas atuais tensões da modernidade (Santos 2005). Tais contradições, evidentemente, são baseadas nas desigualdades materiais claras próprias da infraestrutura, sustentam e são sustentadas pelo colonialismo, profundamente interligado ao racismo, machismo e homofobia que fazem parte do discurso hegemônico¹.

Esses discursos não estão circunscritos à América Latina, e a “descoberta” da América acarretou profundas mudanças também para as metrópoles, de tal forma que

é impossível falar de história europeia e da formação do pensamento ocidental sem um estudo profundo das relações estabelecidas nas colônias². Inegavelmente, a própria formação do modo de produção capitalista teria sido impossível sem o acúmulo primitivo realizado, em primeira instância, nas colônias (Marx 2011); como discutido pela Teoria da Dependência (ver Marini 1990; Santos 2000, 2011), a exploração, primeiramente realizada diretamente nas colônias pela exportação de matérias-primas para as metrópoles europeias, se deu posteriormente por meio do domínio político e tecnológico dos Estados Unidos, o que culminou nos golpes de estado por toda a América Latina, e por fim com a instalação de multinacionais em detrimento da indústria nacional. Tais considerações colocam a América Latina no centro do desenvolvimento histórico mundial, juntamente com a África e a Ásia.

Uma vez que, em oposição ao que clamam os mais entusiasmados europeus e norte-americanos (Gosden 2001), estamos longe de uma realidade em que todas as arqueologias sejam pós-coloniais, justamente pelo ainda predominante uso das epistemologias dos países do centro na arqueologia (Pagán-Jiménez 2004) e pelo fato do colonialismo ainda persistir, o que significaria fazer uma arqueologia “pós-colonial” na América Latina? Aliás, existiria diferença? Se o produto de uma pesquisa arqueológica, além da produção de dados, também é a produção de uma narrativa (Hodder 1999), deve-se pensar na posição da qual uma pesquisa produzida na América Latina parte, escapando aos perigos de contar uma história única:

É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é “nkali”. É um substantivo que livremente se traduz: “ser maior do que o outro”. Como nossos

1 Fanon (1964, 2006, 2008) demonstra como o colonialismo, o racismo e o capitalismo estão profundamente ligados por meio do domínio europeu na África; Segato (2006) demonstra o mesmo para o caso brasileiro. McClintock (2010) descreve como o surgimento dos atuais discursos homofóbicos e a imagem do “homem” no Ocidente estão relacionados com o colonialismo na África e na Irlanda. Losurdo (2015, 2020) também demonstra a relação entre colonialismo e capitalismo, e como o maior expoente do liberalismo econômico no século XX (os Estados Unidos) também foram o maior expoente da supremacia racial.

2 No campo científico, por exemplo, Gerd Bornheim (1998) sugere, por exemplo, uma profunda mudança causada nas ciências devido ao avanço do nominalismo na Conquista das Américas, o que levou também a um confuso entranhamento ontológico entre “ser” e “ter”.

mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do “nkali”. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que se você quer destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com “em segundo lugar”. Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente (Adichie 2014; tradução minha)³.

Tal postura pode ser vista no paradigma de cosmo-história proposto por Navarrete para o México. O autor faz uma mudança profunda na história oficial, demonstrando como a conquista também envolveu guerras indígenas travadas entre diferentes povos, que se utilizaram dos espanhóis invasores para seus próprios fins; afinal, mesmo com toda a suposta superioridade militar⁴, seria impossível para alguns milhares de espanhóis, que não tinham conhecimento da geografia do lugar e estavam propensos ao contágio de doenças tropicais, derrotar povos que contavam com milhões de pessoas. Nessa perspectiva, por exemplo, Malinche aparece como figura central nas guerras, não como amante de Cortés,

3 “It is impossible to talk about the single story without talking about power. There is a word, an Igbo word, that I think about whenever I think about the power structures of the world, and it is “nkali”. It’s a noun that loosely translates to “to be greater than another”. Like our economic and political worlds, stories too are defined by the principle of “nkali”. How they are told, who tells them, when they are told, how many stories are told, are really dependent on power. Power is the ability not just to tell the story of another person but to make it the definitive story of that person. The palestinian poet Mourid Barghouti writes that if you want to dispossess a people, the simplest way to do it is to tell their story and to start with “secondly”. Start the story with the arrows of the Native Americans and not with the arrival of the British and you have an entirely different story.”

4 E mesmo essa suposta superioridade é posta em cheque por estudos como o de Silva (2019), que demonstram que as táticas militares dos europeus derivaram inclusive do seu contato com povos indígenas americanos.

mas como sua intérprete e mesmo como estrategista. O arqueólogo mexicano, além dos avanços teóricos à arqueologia, também mantém um projeto chamado *No ti conquistas*, em que toda a história da conquista é recontada, inclusive como forma de ter um peso político atual (Linares 2019).

Por exemplo, no caso do Brasil, isso não significa fortalecer uma “brasilidade” ou um nacionalismo, mas dar conta das diferentes expressões regionais, isto é, se entender como regional e brasileiro ao mesmo tempo, entender que o país é composto por vários centros de outras histórias brasileiras, parafraseando o músico Vitor Ramil em sua *Estética do Frio* e suas milongas (Ramil 2019)⁵. Expressões culturais populares são igualmente importantes, não só como objeto de pesquisa, mas também como uma forma de pensar nos problemas da pesquisa e de divulgar os resultados. Por fim, também é necessário pensar como a preocupação política e social levaram a novas formas de pensar originalmente brasileiras, como a *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire (2013) ou o *Teatro do Oprimido* de Augusto Boal (2005)⁶. Pensar de onde se escreve serve justamente como uma força criativa para a pesquisa científica, e não como um impedimento. Isso não significa rejeitar epistemologias norte-americanas ou europeias, mas: (1) entender os limites de tais epistemologias, criadas dentro de locais particulares com relações sociais e políticas

5 Vitor Ramil conta da sua estranheza ao ver o frio “europetu” do Rio Grande do Sul ser retratado como uma anormalidade e o Carnaval fora de época como um evento comum, ao ver o noticiário no Rio de Janeiro; ele se sentiu como um estrangeiro dentro do próprio país. A partir disso, ele buscou conceber uma ideia que pudesse unir a regionalidade gaúcha com os demais movimentos musicais brasileiros.

6 A gênese do *Teatro do Oprimido* se deu na apresentação de uma peça que tentava compelir camponeses nordestinos a lutarem pela reforma agrária; ao final do espetáculo, os espectadores ali reunidos convidaram os atores então a ir enfrentar os capatazes junto com eles. Foi então que Boal percebeu que seu teatro se tratava de um monólogo e não de um diálogo (Almeida 2012). Da mesma forma, não basta às arqueólogas e aos arqueólogos dizerem o que deve ser feito, mas sim estabelecer redes de diálogo com as comunidades onde a pesquisa é realizada.

particulares⁷; (2) saber como tais teorias podem ser melhor aplicadas dentro do contexto latino; e (3) criar teorias melhores para explicar o contexto latino. Isso se relaciona com uma práxis arqueológica que

consta de três partes: 1) conhecer o mundo; 2) fazer a crítica do mundo, e 3) tomar ação no mundo. Os arqueólogos têm trabalhado bastante em conhecer o mundo, e alguns trabalhos têm feito a crítica do mundo, mas eles têm tomado pouca ação para mudá-lo (McGuire 2013: 486; tradução minha).

Este artigo tem como objetivo mostrar as diferenças que tal postura pode gerar ao apresentar os resultados de uma pesquisa arqueológica de uma maneira que não tente ficar no posicionamento distante e frio do discurso ocidental. O caso elencado para isso é a ocupação Kayapó Meridional no Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba, contrapondo os dados obtidos na pesquisa arqueológica na região, no âmbito do Projeto Quebra-Anzol, com os discursos da história oficial; por fim, será discutido por que então fazer uma arqueologia “anticolonial” e qual o significado de tal prefixo nessa posição científica e política. Buscamos aqui falar de uma “história que a História não conta/ o avesso do mesmo lugar”. Conforme colocado pelo premiado samba-enredo do Carnaval carioca de 2019, fundamentado em diversas pesquisas:

*Com versos que o livro apagou,
desde 1500 tem mais invasão do que
descobrimto.*

*Tem sangue retinto, pisado/ atrás do
herói emoldurado*

*Brasil, o teu nome é Dandara
e a tua cara é de Cariri.*

Não veio do céu,

7 Por exemplo, perceber que o macarthismo, que impôs a maior censura (inclusive acadêmica) da História moderna, deve ser levado em consideração ao compreender a gênese das epistemologias estadunidenses. Conforme colocam McGuire (1992) e Tantaleán (2014), não é possível compreender a formação do processualismo sem levar em conta essa forte censura a qualquer estudo minimamente marxista.

*nem das mãos de Isabel,
a liberdade é um dragão do mar de Aracati.”
Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês
(Domênico et al. 2019).*

Os povos indígenas no Triângulo Mineiro a partir do olhar colonizador

*Mil nações
Moldaram minha cara
Minha voz
Uso pra dizer o que se cala (Soares 2018).*

As primeiras expedições bandeirantes na região do Triângulo Mineiro se deram em 1722⁸, quando essa ainda fazia parte da capitania de São Paulo e Minas do Ouro⁹; no entanto, sua ocupação se deu com a escassez de ouro e diamantes no centro de Minas Gerais, levando os mineiros falidos a procurarem riquezas nas minas descobertas em Mato Grosso e Goiás. De fato, foi o desenvolvimento de caminhos para essas minas e a passagem de rebanhos em direção ao Rio de Janeiro e ao sul de Minas que permitiram a primeira ocupação do local (Saraiva & Silva 2010: 20), que foi anexado à Capitania de Goiás em 1748 e posteriormente à capitania de Minas Gerais em 1816, recebendo os nomes de Julgado de Araxá e Julgado de Desemboque.

Nos documentos historiográficos, a região é descrita por Aires de Casal em seu Corografia Brasília, publicado em 1817. Segundo o autor, a então designada Caiapônia

*é a menos conhecida, não havendo
ainda nela estabelecimento algum de cristãos.*

8 A prática de bandeirantes de deixar viveres no caminho levou a região a também ser chamada de “sertão da farinha podre”.

9 A região, inicialmente, pertencia à Capitania do Rio de Janeiro, passando para São Paulo com a Carta Régia de 1709 (Costa 2011).

Os caiapós, que a dominam (repartidos ainda, segundo dizem, em várias tribos), têm sido fatais por vezes aos comboios cuiabanos, e invadido a parte setentrional da Província de São Paulo, onde causaram a deserção de muitos estabelecimentos. Andam nus, cobrindo só o que o pejo ensina a ocultar. Além do arco e flecha, armas comuns a todas as outras nações indígenas, usam também de maça com um côvado de comprimento, de pau escolhido, roliça na parte por onde se maneja, e espalmada com forma de remo na outra, toda bem vestida com cascas de arbusto de várias cores, e tecidas à imitação de esteira, e cujo golpe é fatal. Mel, peixes, frutas silvestres e caça são o seu alimento. Os seus alojamentos principais estão nas vizinhanças do Rio Cururu, e pouco arredados da cachoeira de Urubu-Pungá, onde, vão fazer abundantes pescarias (Casal 1817: 151).

Existe, tanto na descrição de Casal quanto em outros mapas, uma aparente contradição, uma vez que ora a região aparece como densamente povoada por indígenas, a fim de mostrar a dificuldade da colonização por cristãos, ora é considerada despovoada, já que não existem aldeias cristãs estabelecidas. No entanto, tal contradição desaparece assim que se leva em conta que o indígena, apesar de ser considerado um ser com alma pela Igreja Católica desde o século XVI (e, portanto, ao menos pela lei, não poderia ser escravizado), na prática não era visto como... gente. Aqui está o germe do que viria a se tornar a teoria da raça no século XIX, que foi sendo desenvolvida em uma relação dialética com o sistema colonial, isto é, tanto sendo moldada por seu desenvolvimento quanto apresentando a ele um discurso hegemônico que guiava suas ações.

A relação entre colonos e indígenas se dava por duas vias. A primeira delas consistia em políticas de guerra justa, que levaram ao genocídio das populações locais, com as incursões iniciadas por Antônio Pires de Campos e depois continuadas por Manuel de Campos Bicudo e João de Godói Pinto da Silveira. Muitas pessoas indígenas, incluindo

crianças, eram levadas para serem batizadas e servirem de mão de obra barata para as vilas de brancos, uma vez que, ao menos no papel, a escravidão indígena estava proibida. A estratégia de extermínio foi prolongada pela política de aldeamentos realizados partir do Diretório dos Índios, redigido por Marquês de Pombal em 1755 e publicado em 1757¹⁰, segundo a qual as terras aldeadas também eram invadidas e tomadas a partir da prática de esbulho para aumentar o tamanho de latifúndios próximos ou áreas de vilas de colonos; além disso, existia a política do endividamento sistemático das pessoas de tais aldeamentos, a fim de servirem como mão de obra para os fazendeiros locais.

O interesse dos governos locais e seu uso dos “conquistadores”, voltado normalmente para o genocídio e etnocídio dos povos indígenas, não era o mesmo do Conselho Ultramarino, preocupado com a ocupação das terras, mesmo que fosse por povos indígenas, frente a possíveis tentativas de ocupação por espanhóis. Nesse sentido, o incentivo que então existia ao casamento entre colonos e colonas e índias e índios fazia parte de uma estratégia tanto de dominação quanto de ocupação do vasto território brasileiro.

Outra via era a administrativa, e um exemplo interessante é o abaixo-assinado de 1815, redigido pelos novos colonos do Julgado do Desemboque, pedindo para serem isentos de impostos a fim de cobrirem o prejuízo dos ataques Kayapó aos seus negócios. Tal fato demonstra o dinamismo entre as administrações locais, estaduais, coloniais, das elites paulistas, mineiras e cariocas, dos colonos pobres, além dos povos indígenas e

10 O Diretório pombalino é um documento importante para se compreender as políticas voltadas para as populações indígenas brasileiras nos séculos XVIII e XIX; mesmo que ele tenha acabado ainda na década de 1790, os governos estaduais continuaram com a política de aldeamento. Entre as medidas a serem adotadas, estava, além da desterritorialização dos povos, práticas voltadas para o fim de suas línguas e adoção da cultura material colonial. Por esse motivo, é possível falar de etnocídio e não apenas genocídio (Clastres 2004).

quilombolas¹¹, e as estratégias por eles adotadas frente às legislações em vigor, a fim de garantir seus direitos. Mais do que isso, é um sinal da formação da “identidade” dos colonos perante os povos indígenas, uma vez que eles, ao menos por escrito, se colocavam no lugar da resistência diante da ferocidade dos não cristãos¹².

Antes as práticas, se assentavam sobre o discurso que se fazia acerca dos povos Kayapó, que, antes da campanha de assassinato em massa conduzida contra eles, eram descritos como “ladrões por officio, outros assassinos só pelo prazer de asacinar: pessoa alguma insultou os Cayapós, para nos hostilizarem tão barbaramente” (Centro de memória digital da UNB *apud* Mano 2015). É interessante notar que, assim que os objetivos das políticas coloniais são atingidos e as terras são tomadas, os mesmos povos são descritos como “huns povos sem fereza [...] qe. há m.to tempo não fazem mal aos negociantes, eles aparecem atodos, qe. por ali passam dando festivos signaes de paz, e amizade” (Botelho 1913: 106). Claramente, o que está em jogo nas descrições são os interesses políticos, e não a honestidade antropológica, embora esses interesses também ajudassem a construir duas identidades contrapostas – a do colono e a do indígena – dentro de um jogo da *différance* proposto por Stuart Hall, no qual

a identificação é, pois, um processo de articulação [...]. Como todas as práticas

11 A presença quilombola na região pode ser inferida a partir de relatos orais. Pedrinópolis, por exemplo, provavelmente fazia parte do Quilombo Várzea dos Crioulos, um desmembramento do Quilombo do Ambrósio ou Tengo-Tengo (Nabut 2001).

12 Vale lembrar que Castells (1999) define assim a “identidade de resistência”: “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos” (Castells 1999: 24). Assim, é impossível que colonos brancos de fato ocupassem tal identidade frente aos povos indígenas, de forma que o que o referido abaixo-assinado faz é uma tentativa de subverter a ordem colonial. Não é obtido sucesso: a isenção de impostos é negada.

de significação, ela está sujeita ao ‘jogo’ da différence. E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da différence, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeito de fronteiras’ (Hall 2000: 106).

Tais descrições devem ser compreendidas conforme as categorias mais abrangentes de tupis e tapuias, sendo que os Kayapós pertenciam a essa última:

Para os pensadores do Império, os índios Tupis, relegados ao passado remoto das origens da nacionalidade, teriam desaparecido enquanto povo, porém tendo contribuído sobremaneira para a gênese da nação, através da mestiçagem e da herança de sua língua. Já os Tapuias, a despeito de enormes evidências históricas em contrário, situavam-se num pólo oposto. Frequentemente caracterizados como inimigos ao invés de aliados, representavam, em síntese, o traçoeiro selvagem dos sertões que atrapalhava o avanço da civilização, ao invés do nobre guerreiro que fez pacto de paz e de sangue com o colonizador (Monteiro 1996: 16).

O cronista Saint-Hilaire, em suas viagens pela província de Goiás, comenta sobre os povos indígenas que ali viviam:

Os portugueses deram, não sei porque, o nome de Coiapós ou Caiapós a esses indígenas. Pelo que me disseram, parece que um grupo deles, que ainda vive nas matas, [...] não tinha nome que os identificasse, e por isso passaram a usar a palavra panariá a fim de se distinguirem, como raça, dos negros e dos brancos. De onde se deve concluir [...], que esta palavra passou a ser usada posteriormente à descoberta, bastante recente da região, e que antes dessa época os Coiapós, provavelmente, se julgavam sozinhos no Universo (Saint-Hilaire 1975: 66).

É particularmente interessante notar que tal descrição converge com a hipótese levantada por Artiaga (1959) e Giralдин (1997) de que os Kayapó do Triângulo Mineiro teriam subido

para o Xingu diante das entradas e bandeiras, hoje se identificando como Panará.

Uma vez completado o assentamento, seguiu-se um apagamento da identidade indígena e da importância que os povos indígenas tiveram na construção histórica do Triângulo Mineiro. De fato, ao ler a história oficial, parece que todas as pessoas indígenas morreram, no máximo, no início do século XX, desaparecendo assim da região. Desconsideraram-se os descendentes e nega-se a possibilidade de reformulação identitária frente à violência. A consequência mais direta disso é o fato de que, apesar de ser relativamente comum o reconhecimento de antepassados indígenas tão recentes quanto avós (a partir do seu estupro, já que foram “pegas no laço”), pouquíssimas pessoas se reconhecem enquanto indígenas (Denardo 2018); em Pedrinópolis, por exemplo, apenas cinco pessoas assumiam tal identidade no último censo (Ibge 2010). Deixando de lado o fato de que “indígena” é um termo guarda-chuva que mascara toda a heterogeneidade das centenas de povos existentes no Brasil com diversos troncos linguísticos¹³, a falta de identificação persiste com as mentiras contadas a nível nacional, como “quase não existe mais índio, daqui alguns anos não existirá mais nenhum”, “os índios estão perdendo sua cultura”, “os índios são tutelados”, “tem muita terra pra pouco índio”, “os índios são preguiçosos e não gostam de trabalhar”, “nossa sociedade é mais avançada”, “os índios atrasam o desenvolvimento do país” (Revista Fórum 2014). Tais discursos não estão distantes dos utilizados nos períodos colonial e imperial (Almeida 2010).

Porém, existe um fato central na discussão, e que por isso mesmo muitas vezes é deixado de lado: ao tentar imprimir uma identidade ao indígena, o colono imprime a si mesmos e a seus descendentes caboclos uma identidade, e isso gera por sua vez uma identidade branca e imigrante que é normalizada e vista como hegemônica, mesmo não sendo. Como esboçado aqui, o colonialismo é um dos pilares fundantes da branquitude brasileira.

13 Para comparação, todos os povos ocidentais, dos vikings e romanos até os alemães e os estadunidenses, compartilham um único tronco linguístico.

Uma contranarrativa a partir das pesquisas arqueológicas

Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes

Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes

É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir (Emicida 2019).

Uma das principais vantagens da pesquisa arqueológica é poder contar a história indígena de forma independente, em que a colonização aparece como mais um capítulo de uma longa duração (*long durée*). Assim, a contraposição ao discurso hegemônico deve aparecer de forma orgânica na exposição dos fatos, e não como um objetivo específico, uma vez que tal estratégia também colocaria no centro a história branca, e não a indígena. A presente seção tem como objetivo esboçar uma narrativa da história de longa duração dos Kayapós meridionais na região do Triângulo Mineiro.

Antes de mais nada, é necessário entender que a região foi habitada por povos indígenas por um longo período, conforme demonstra o Projeto Quebra-Anzol¹⁴. Essa iniciativa buscou compreender a história de longa duração da ocupação indígena no Vale do Paranaíba e estabelecer as cadeias operatórias e sistemas tecnológicos da cultura material cerâmica e lítica na margem mineira. As datações vão desde 7.300 anos A.P. no sítio Rezende até o século XVII, no sítio Inhazinha.

14 O Projeto Quebra-Anzol vem sendo desenvolvido por Alves e equipes desde julho de 1980, quando foi realizada a primeira campanha de escavação intensiva no sítio Prado, na fazenda Engenho Velho, no município de Perdizes, no Triângulo Mineiro. Desde então, sete sítios arqueológicos foram estudados a partir de pesquisas empíricas e intensivas: Prado, Inhazinha, Menezes, Rodrigues Furtado e Santa Luzia, na bacia do rio Quebra-Anzol; Silva Serrote, na bacia do rio Espírito Santo; Rezende e ATM-691, na bacia do rio Piedade; outros dois foram prospectados: Antinha e Pires de Almeida. Ao todo, já foram produzidas oito dissertações de Mestrado (Alves 1982; Fagundes 2004; Medeiros 2008; Figueiredo 2009; Magalhães 2015; Barros 2018; Denardo 2018; Moreira 2019), duas teses de Doutorado (Alves 1988; Magalhães 2019) e parte de uma livre-docência (Alves 2009).



Fig. 1. Localização dos sítios estudados no âmbito do Projeto Quebra-Anzol.

Fonte: Alves (2016).

SÍTIO	MUNICÍPIO	COORDENADA	ESTRATIGRAFIA	DATAÇÃO	ANO DA CAMPANHA
PRADO	Perdizes	19° 14'25"S 47° 16'00"W	Unicomponencial	493±74 anos AP- TL 400±50 anos AP-TL	1980, 1981, 1983
SILVA SER- ROTE	Guimarânia	18° 48'05"S 46° 45'05"W	Unicomponencial	790±120 anos AP- TL 760±50 anos AP-C14	1985
INHAZINHA ZONA 1	Perdizes	19° 10'00"S 47° 11'00"W	Unicomponencial	1.095±186 anos AP-TL	1988, 2012, 2013
INHAZINHA ZONA 2	Perdizes	19° 10'00"S 47° 11'00"W	Multicomponencial	212±19 anos AP- C14 a 150±30 anos AP-C14 5.203±396 anos AP-LOE	2013, 2014, 2015, 2016, 2017
REZENDE ZONAS 1 E 2	Centralina	18° 32'00"S 49° 13'00"W	Multicomponencial	Zona 1 (TL). 460±50 anos AP a 721±100 AP; Zona 2 (TL). 630±95 anos AP a 1.108±166 anos AP	1988, 1990, 1991, 1992

SÍTIO	MUNICÍPIO	COORDENADA	ESTRATIGRAFIA	DATAÇÃO	ANO DA CAMPANHA
MENEZES	Perdizes	19° 23'39"S 47° 15'00"W	Unicomponencial	573±80 AP-TL	1991
RODRIGUES FURTADO	Perdizes	19° 16'43"S 47° 15'26"W	Unicomponencial	910±30 anos AP-C14 a 500±50 anos AP-TL	1992, 2006, 2013
ANTINHA	Perdizes	19° 19'54"S 47° 00'22"W	Unicomponencial	870±130 anos AP	1980
PIRES DE ALMEIDA	Indianópolis	19° 03'78"S 47° 90'95"W	Unicomponencial	1.074±161 anos AP-TL a 1.130±120 anos AP	
SANTA LUZIA	Pedrinópolis	19° 08'47"S 47° 31'39"W	Unicomponencial	1.830±183 anos e 1.838±184 anos -TL	

Tabela 1. Coordenadas geográficas e datações dos sítios lito-cerâmicos estudados no Projeto Quebra-Anzol.

Fonte: Moreira (2019).

Aqui, nos limitaremos à história dos povos agricultores-ceramistas da região, dos quais o sítio Santa Luzia, localizado no município de Pedrinópolis, é o mais antigo, conforme já apresentado na Tabela 1. A partir dele, é possível observar alguns pontos interessantes, que mostram uma continuidade histórica com os demais sítios:

1. o sítio se localiza em média vertente, próximo a interflúvios, matas de galeria e fontes de matéria-prima lítica (principalmente arenito-silicificado). Em particular, a declividade dos sítios não passa de 15%, o que, associado às matas próximas, impede uma grande taxa de escoamento da água das chuvas e evita, dessa forma, escorregamentos do solo e desabamentos (Denardo 2018). Tais características consistem em um *lugar persistente* na ocupação da região (Alves 2013), isto é, os lugares são escolhidos para serem ocupados, revelando assim um domínio tecnológico da paisagem;
2. o sítio apresenta uma urna-silo de cerca de 600 litros, o que mostra estocagem de uma grande produção excedente de comida. As urnas periformes são comuns a todos os sítios estudados, revelando assim que a prática de agricultura (e não de

horticultura) persistiu ao longo dos séculos. Além disso, o grande armazenamento também mostra o adensamento populacional desde o sítio mais antigo;

3. a técnica para produção cerâmica também perdurou: a cerâmica dos sítios é predominantemente sem decoração, tendo como principais formas a periforme, a trapezoidal e a elipsoidal (vertical e horizontal), e geralmente de espessura média ou grossa. Tais continuidades revelam um sistema de ensino-aprendizagem, transmitido por meio da tradição oral, que ainda não foi devidamente estudado, mas merece especial atenção devido ao fato de a transmissão de técnicas ter durado mais de um milênio;
4. no entanto, também havia espaço para mudanças e criatividade na confecção cerâmica. O alisamento, fator importante ao se considerar a impermeabilidade do vasilhame, muda de sítio para sítio: em Santa Luzia, por exemplo, a maioria dos fragmentos apresentavam bons alisamentos interno e externo (Denardo 2018), embora o mesmo não pudesse ser constatado no sítio Rodrigues Furtado, com alisamentos ruins (Magalhães 2015). Outros dados importantes são: a seleção de

grãos e a escolha do tempero, que consiste em um dado cultural importante (Moreira 2019). Tais diferenças abrem espaço para compreender a dinâmica do ensino-aprendizagem e a agência da artesã e do artesão individuais;

5. quanto à indústria lítica, é possível inferir, de imediato, a prática de desmatamento a partir da presença de lâminas de machado. Provavelmente, tal atividade estava relacionada à coivara, a fim de aumentar as áreas de plantio sem prejudicar a manutenção do bioma;

6. a presença de raspadores e furadores indicam outras atividades, como produção de objetos cosméticos, retirada do couro do animal caçado etc. A indústria lítica dos sítios estudados tem uma continuidade não na forma, uma vez que os objetos são feitos para atender demandas específicas em um determinado momento, mas sim nos gestos utilizados. Assim, a dinâmica do ensino-aprendizagem possivelmente estava mais relacionada a ensinar como “ler” a pedra e quais os melhores gestos para criar o objeto necessário do que a aprender a repetir determinada forma.



Fig. 2. Urna periforme encontrada no sítio Santa Luzia.

Fonte: Denardo (2018).

A partir de tais dados, é possível compreender a existência de um território Kayapó Meridional, em cujas fronteiras (dinâmicas) se encontravam povos Kaingang (como em Monte Alto) e povos do tronco

linguístico tupi (como a oeste, ainda no Triângulo Mineiro, ou a sudeste). É importante ressaltar que os povos não viviam isolados, uma vez que praticavam trocas entre si, travavam batalhas etc. De fato, especula-se que a não decoração das cerâmicas encontradas está relacionada à dinâmica cultural com outros povos indígenas, na qual a superfície lisa estaria associada a estratégias de assimilação.



Fig. 3. Vaso geminado no Museu Municipal de Perdizes.

Fonte: Moreira (2019).

Assim, as entradas e bandeiras são mais um capítulo nessa história de longa duração, e não o seu início. A cultura material estudada no âmbito do Projeto Quebra-Anzol é particularmente ilustrativa a respeito disso, uma vez que é possível observar mudanças na cerâmica do sítio Inhazinha, que apresenta uma urna periforme com base plana e fornos de barranco, além de decoração incisa e pintura (Magalhães 2015). No entanto, a análise de tais transformações deve ser cuidadosa: mais do que falar que foram provocadas pela colonização, especialmente pela adoção da base plana, é necessário entender a relação dialética entre os Kayapós, os elementos colonizadores e os diversos povos negros e africanos. Nenhuma transformação se dá numa via de mão única, e o elemento colonizador também é mudado durante a experiência de dominação. Assim, tais transformações na cultura material cerâmica Kayapó não podem ser compreendidas como aculturação ou perda de identidade, mas como

uma nova estratégia cultural frente a elementos novos, estratégia essa reforçada pela decoração, que poderia servir justamente como marcador de identidade. Dessa forma, o que se tem é uma cultura material que é formada pelos dois lados, mas essa mudança por parte dos agentes coloniais geralmente é deixada de lado.

Se compreendermos a colonização como uma estrutura total e totalizante, não é possível deixar de lado o controle exercido também sobre os elementos colonizadores (especialmente os mais pobres) e sua respectiva transformação dentro desse sistema. Assim, só é possível surgir a “raça branca”, como temos hoje, por conta do sistema colonial¹⁵.

A adoção da base plana e dos fornos de barranco no sítio Inhazinha não deveriam apenas suscitar questões acerca das novas estratégias indígenas frente ao colonizador, mas também como esse último foi modificado. Caso contrário, se cai no risco de essencializar a cultura indígena, e mais do que isso, de cristalizá-la. O discurso por trás da “mudança cultural” indígena associada à “imutabilidade cultural” do colonizador é, no fim das contas, o discurso positivista de progresso unilinear, segundo o qual apenas a cultura indígena se modifica por ser “inferior”. A mesma discussão vale ao se ter em mente as trocas e guerras entre populações indígenas: a adoção de pintura na cultura material do Inhazinha provavelmente remete a um contato dos Kayapó com os Tupi (Moreira 2019).

Por fim, é interessante também pensar nas categorias utilizadas para se discutir a história brasileira. Exemplo claro disso são

as categorias de colonização de povoamento e de exploração por Caio Prado Jr. (2011), amplamente reproduzidas em livros didáticos. Tais classificações hoje são problematizadas devido à fluidez entre as duas categorias, que faz com que exista uma dialética interna a elas que não permite uma classificação única de um país e de um local; por exemplo, o Brasil seria uma colônia de exploração, mas então, nesses termos, a urbanização da cidade do Rio de Janeiro nos moldes das metrópoles europeias seria contraditória (Falcon & Rodrigues 2006). Além disso, ao se analisar o sistema colonial, um “tipo” está intrinsecamente ligado a outro: não existe povoamento sem exploração e vice-versa.

No entanto, mesmo as críticas estão centradas em apenas uma das facetas do problema, isto é, nas tecnologias de dominação e nos objetivos econômicos e políticos dos colonizadores, e não dos colonizados. É até curioso pensar na reação de um Kayapó do Triângulo Mineiro ao se perguntar sua opinião: seria a invasão das terras ocupadas milenarmente por seu povo um povoamento ou uma simples exploração? Será que as escravas e os escravos levados aos Estados Unidos, torturados antes no Caribe, concordariam com a proposição de que parte das Treze Colônias eram de povoamento? Talvez, nessa troca de perspectivismos e do local a partir do qual se olha e analisa o problema, o melhor termo seria *colonização de guerra*, por mais tautológico que seja, uma vez que toda colonização pressupõe guerra. Também poderia ser uma colonização do desastre, da invasão, uma colonização de troca (uma vez que foram estabelecidas outras relações entre brancos, negros e indígenas além daquelas de assassinato e genocídio), de esquecimentos e silenciamentos, e, talvez tão importante quanto, uma colonização de (encontro com a) resistência indígena e negra.

Por uma arqueologia anticolonial...

Por que uma arqueologia anticolonial?
A resposta é clara e simples: porque o contexto sociopolítico pede por isso. O caso brasileiro é claro, especialmente ao se considerar as

15 Na história moderna da colonização, é possível falar que a própria identidade nacional das metrópoles surgiu em seu confronto com as colônias. Como coloca Albert Memmi, o colonizador e o colonizado surgem em conjunto (Memmi 1974); além das relações subjetivas, Kevin Anderson (2019) faz um levantamento de como essa relação já aparece nos textos de Karl Marx, mostrando como o pensador já levantava a necessidade de uma teoria anticolonial no século XIX, já que nenhum trabalhador poderia ser livre enquanto os trabalhadores das colônias ainda eram subjugados, e que a revolução do proletariado deveria ser conjugada com a abolição (Marx era um ardente defensor das teses abolicionistas), com a emancipação feminina e com a luta das colônias (especialmente Índia, China e Irlanda). No fim de sua vida, o autor alemão passou inclusive a estudar as sociedades indígenas americanas e novas possibilidades de resistência, em uma profunda teoria multilinear da História.

declarações presidenciais de que “é muita terra para pouco índio” (Exame 2019), índio esse que é como “animal de zoológico” (G1 2018) e que vive como um “homem das cavernas” (Revista Fórum 2019) e que, “enquanto eu for presidente, não tem demarcação de terra indígena” (Putti 2019). Tais declarações, em vez de causar espanto por sua brutalidade, devem mais é causar espanto por repetir de forma exata o que vem sendo dito nos últimos cinco séculos. Afinal, como disse o vice-presidente, “índio é preguiçoso, negro é malandro” (Congresso em Foco 2018).

A arqueologia é, nas Américas, uma das principais ciências capazes de compreender o passado, especialmente aquele que não foi produzido por meio das narrativas dos colonizadores. Particularmente, é uma ciência que tem grande possibilidade de descentramento justamente por analisar a cultura material produzida e consumida por todas as classes sociais. O que é posto em jogo, então, é que ela também é capaz de questionar o presente. Por exemplo, é possível contrapor os estudos arqueológicos diretamente ao discurso hegemônico da classe dominante, com forte vínculo ao latifúndio, de que “índios são preguiçosos” ou que “não trabalham”, ideias sempre utilizadas para defender um modelo de agronegócio “pop” e que é colocado como representante do progresso (embora tal progresso só se faça no bolso de bem poucos). É necessário lembrar que “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (Benjamin 1987: 224-225). Nesse sentido,

quantas Auschwitz não aconteceram durante a conquista da América pela Espanha e por Portugal, quantas etnias não foram destruídas? Até que ponto os assentamentos indígenas não se aproximam dos guetos judeus criados na Alemanha? Apenas entre 1900 e 1957, cerca de 80 grupos étnicos foram exterminados no Brasil, cerca de 800 mil pessoas (TOTTEN, PARSONS e HITCHCOCK, 2002); durante a ditadura, diversas são as

denúncias: assassinatos em massa, tortura, escravidão, estupros, guerra química, de acordo com o Relatório Figueiredo. A Comissão da Verdade, que analisa o documento, revela que o Serviço de Proteção ao Índio escravizou e torturou pessoas, além de roubar terras para latifundiários; tribos inteiras do Maranhão foram destruídas; tanto o SPI quanto latifundiários introduziram, deliberadamente, a varíola em aldeias indígenas. Não é preciso voltar tanto ao passado: o genocídio indígena continua até hoje. Em 2017, no Mato Grosso do Sul, próximo à aldeia Te' Y'ikuê, homens armados vieram em cerca de 60 caminhonetes e atiraram em torno de 1000 indígenas; no Maranhão, também em 2017, outro confronto deixou no mínimo 12 indígenas feridos, e um deles teve a mão decepada. Em 2018, Kaingangs que reivindicavam a demarcação de suas terras foram agredidos e torturados pela Brigada Militar de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. É dessa forma que se constrói, sob a convivência de uma bancada dos agronegócios, uma antropologia do genocídio no Brasil (HINTON, 2002). O caso geral se reflete na história mineira, através do extermínio Kayapó sistemático realizado por forças colonizadoras durante o século XVIII (Denardo 2018: 319).

O presente artigo teve como intenção fazer, primordialmente, quatro provocações:

1. colocar a necessidade de se pensar uma pesquisa arqueológica a partir da América Latina, vista aqui como um dos polos centrais para se compreender o modo de produção capitalista;
2. mostrar a continuidade da história indígena mesmo em lugares onde o genocídio sistemático foi realizado, uma vez que os descendentes desses povos ainda vivem ali, mesmo que não se reconheçam como portadores da identidade indígena;
3. mostrar a continuidade do discurso hegemônico racista;
4. mostrar que a branquitude brasileira não se constrói sem sua relação com os povos indígenas e negros.

Tais provocações partem de uma perspectiva anticolonial justamente por compreender

que o colonialismo é um processo ainda vigente, e que a discussão sobre ele ou sobre o imperialismo é mais atual que nunca¹⁶. Também é impossível fazer qualquer discussão acerca da gênese dos discursos racistas contra indígenas sem compreender como o capitalismo esteve interligado, desde sua gênese, ao colonialismo que se fez pela guerra. É necessário compreender que qualquer pesquisa arqueológica realizada dentro de um contexto capitalista deverá responder às contradições capitalistas. As bases marxistas da perspectiva aqui adotada a afasta das perspectivas pós-coloniais.

Para finalizar, resta dizer o óbvio: uma arqueologia anticolonial deve servir à luta

anticolonial. Esse é o seu objetivo máximo, e para isso existem diversas estratégias. O principal é o posicionamento político, fazer da arqueologia uma ciência questionadora e capaz de *florescer a memória*, uma vez que nela se percebe que não é seu papel nenhuma das ações romantizadas como “dar voz”, “salvar o patrimônio”, “resgatar a memória”, “criar identidades”; tão importante quanto é a necessidade de se pensar na arqueologia no seu âmbito colaborativo e educativo, onde a troca de conhecimento honesta é realizada. Diante do colonialismo, que se coloca como a negação da vida, é necessário ter a arqueologia como ciência vital, capaz de pensar também futuras formas de resistência.

DENARDO, T.A.G.B. For an anti-colonialist Archaeology: the Southern Kayapó occupation in Triângulo Mineiro and the colonization of war. *R. Museu Arq. Etn.* 37: 132-148, 2021.

Abstract: Over the last four decades, the *Projeto Quebra-Anzol* has conducted intensive and systematic field research in the Triângulo Mineiro region to establish the long-term history of the Southern Kayapó territorial occupation. Located in Pedrinópolis / MG, Santa Luzia has been identified as the oldest litho-ceramic site, dating from around 1830 ± 183 years BP. The local material culture reveals great mastery of the landscape, as well as a large population density resulting from agriculture. These evidence allows for counteracting the colonialist discourse, which justifies the so-called “just wars” and other forms of domination, such as the settlements. The analysis of historical documents such as legislation, charts, or even chorographic surveys, as well as of archaeological data, provides an understanding of the long-term history from various moments, decentralizing the narrative from the colonizer to the colonized, from the Portuguese to the indigenous. Therefore, Archeology is constituted as a science of destruction and death, but also as a science of resistance to indigenous peoples, who struggle against a colonization that still persists, for example in the invasion of indigenous lands by landowners. Under the non-colonial perspective, such a colonization is neither of exploitation nor of settlement (as conveyed in textbooks), but of invasion, of war.

Keywords: Southern Kayapó; Triângulo Mineiro and Upper Paranaíba Valley; anti-colonialism.

Referências bibliográficas

Adichie, C. 2014. O perigo da história única. TedTalks. Disponível em: <<https://bit.ly/3EJg1SA>>. Acesso em: 22/9/2019.

16 Sobre a atualidade do tema do imperialismo, recomenda-se a leitura de Prashad (2020) e López (2020).

Almeida, A. 2012. *Alguns conceitos sobre cultura*. Agbook, [s. l.].

Almeida, M.R.C. 2010. *Os índios na história do Brasil*. FGV, Rio de Janeiro.

- Alves, M.A. 1982. *Estudo do sítio Prado – um sítio lito-cerâmico colinar*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Alves, M.A. 1988. *Análise cerâmica: estudo tecnopológico*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Alves, M.A. 2009. *Assentamentos e cultura material indígena anteriores ao contato no Sertão da Farinha Podre, MG e Monte Alto, SP*. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Alves, M.A. 2013. A arqueologia no extremo oeste de Minas Gerais. *Espinhaço* 2: 96-117.
- Alves, M.A. 2016. Arqueologia da paisagem no Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brasil: lugares persistentes. In: *Anais da VIII Reunião de TAAS*, 2016, La Paz.
- Anderson, K.B. 2019. *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*. Boitempo, São Paulo.
- Artiaga, Z. 1959. *História de Goiás: síntese dos acontecimentos da política e da administração pública de Goiás, de 1592 até 1935*. Ed. do autor, Goiânia.
- Barros, A.S.A. 2018. *Os caçadores-coletores do médio vale do Paranaíba, Minas Gerais: estudo da cadeia operatória e sistema tecnológico do sítio ATM-691, Tupaciguara-MG e análise comparativa com o sítio Rezende, Centralina-MG*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Benavides, O.H. 2011. Retornando à origem: arqueologia social como filosofia latinoamericana. *Terceiro Incluído* 1: 164-192.
- Benjamin, W. 1987. Teses sobre o conceito da história, 1940. In: Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Brasiliense, São Paulo, 222-232.
- Boal, A. 2005. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Bornheim, G. 1998. *O conceito de descobrimento*. Eduerj, Rio de Janeiro.
- Botelho, M.F.S.P. 1913. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo v. 3. Disponível em: <<https://bit.ly/3ET9rZW>>. Acesso em: 22/9/2019.
- Casal, M.A. 1817. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brazil*. [S. n.], Rio de Janeiro.
- Castells, M. 1999. Paraísos comuns: identidade e significado na sociedade em rede. In: Castells, M. *O poder da identidade*. Paz e Terra, São Paulo, 21-92.
- Clastres, P. 2004. Do etnocídio. In: Clastres, P. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. Cosac Naify, São Paulo, 54-63.
- Congresso em foco. 2018. Mourão diz que país herdou “indolência” do índio e “malandragem” do negro. Disponível em: <<https://bit.ly/3EUPYbv>>. Acesso em: 31/10/2019.
- Costa, A.G. 2011. A cartografia do território de Minas Gerais e seus limites oitocentistas: anexações e desmembramentos. In: *Anais do IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2011, Porto.
- Denardo, T.A.G.B. 2018. *Cadeias operatórias e sistema tecnológico do sítio Santa Luzia, município de Pedrinópolis, Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Domênico, D. et al. 2019. História para ninar gente grande. Intérprete: Marquinho Art’Samba, *Estação Primeira de Mangueira*, Rio de Janeiro.
- Emicida. 2019. *AmarElo*. Disponível em: <<https://bit.ly/3EOauu7>>. Acesso em: 2/1/2020.
- Exame. 2019. É muita terra para pouco índio, diz Bolsonaro. Disponível em: <<https://bit.ly/3mPBYJI>>. Acesso em: 31/10/2019.

- Fagundes, M. 2004. *Sítio Rezende: das cadeias operatórias ao estilo tecnológico – um estudo de dinâmica cultural no médio vale do Paranaíba, Centralina, Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Falcon, F.; Rodrigues, A.E. 2006. *A formação do mundo moderno*. Campus, Rio de Janeiro.
- Fanon, F. 1964. *Em defesa da revolução africana*. Sá da Costa, Lisboa.
- Fanon, F. 2006. *Os condenados da terra*. Editora UFJF, Juiz de Fora.
- Fanon, F. 2008. *Pele negra, máscaras brancas*. Edufba, Salvador.
- Figueiredo, M.T. 2009. *Estudo da cultura material lítica e cerâmica dos sítios Silva Serrote e Menezes: análise das cadeias operatórias dos vestígios de culturas pré-coloniais do alto Paranaíba, Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Freire, P. 2013. *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra, São Paulo.
- G1. 2018. Índios em reservas são como animais em zoológicos, diz Bolsonaro. Disponível em: <<https://glo.bo/3CPfCgY>>. Acesso em: 31/10/2019.
- Giraldin, O. 1997. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Editora Unicamp, Campinas.
- Gosden, C. 2001. Postcolonial archaeology: issues of culture, identity and knowledge. In: Hodder, I. (Ed.). *Archaeological theory today*. Polity Press, Cambridge, 241-261.
- Hall, S. 2000. Quem precisa de identidade? In: Silva, T.T. (Org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Vozes, Petrópolis, 103-133.
- Hodder, I. 1999. *The archaeological process: an introduction*. Blackwell Publishers, Oxford.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Brasileiro de 2010*. IBGE, Rio de Janeiro.
- Linares, F.N. 2013. ¿El fin de la arqueología social latinoamericana? Reflexiones sobre la trascendencia histórica del pensamiento marxista sobre el pasado desde la geopolíticadel conocimiento latinoamericano. In: Tantaleán, H.; Aguilar, M. (Orgs.). *La arqueología social latinoamericana: de la teoría a la praxis*. Universidad de los Andes, Bogotá, 45-66.
- Linares, F. N. 2019. No ti conquistas. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZXJZns>>. Acesso em: 21/6/2021.
- López, E. (Org.). 2020. *As veias do Sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo do nosso tempo*. Expressão Popular, São Paulo.
- Losurdo, D. 2015. *Contra-história do liberalismo*. Ideias e Letras, São Paulo.
- Losurdo, D. 2020. *Colonialismo e luta anti-colonial*. Boitempo, São Paulo.
- Magalhães, W. 2015. *Estudo arqueométrico dos sítios arqueológicos Inhazinha e Rodrigues Furtado, município de Perdizes/MG: da argila à cerâmica... possíveis conexões entre os vasilhames cerâmicos e as fontes argilosas*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Magalhães, W. 2019. *Continuidade e mudança dos povos Jê, um estudo acerca da paisagem arqueológica, cultura material e padrão de assentamento dos sítios arqueológicos Inhazinha/ MG e Água Limpa/SP*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Mano, M. 2015. (Des)encontros culturais: um esboço parcial da história do contato dos Kayapó meridionais. In: Ferreira Filho, Aurelino José (org.). *Índios no Triângulo Mineiro: história, arqueologia, fontes e patrimônio: pesquisas e perspectivas*. Editora da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 57-72.
- Marini, R.M. 1990. *Dialéctica da dependência*. Era, Cidade do México.

- Marx, K. 2011. *O capital*. Boitempo, São Paulo.
- McClintock, A. 2010. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Editora Unicamp, Campinas.
- McGuire, R.H. 1992. *A marxist archaeology*. Percheron Press, New York.
- McGuire, R.H. 2013. Utilizar la arqueología social para hacer hablar al perro. In: Tantaleán, H.; Aguilar, M. (Orgs.). *La arqueología social latinoamericana: de la teoría a la praxis*. Universidad de los Andes, Bogotá, 485-501.
- Medeiros, J.C. 2008. *Cultura material lítica e cerâmica das populações pré-coloniais dos sítios Inhazinha e Rodrigues Furtado, município de Perdizes/MG: estudo das cadeias operatórias*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Memmi, A. 1974. *Retrato do colonizado precedido do Retrato do colonizador*. Mondar, Lisboa.
- Monteiro, J.M. 1996. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do império. In: Maio, M.C.; Santos, R.V. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Editora Fiocruz; CCBB, Rio de Janeiro, 14-22.
- Moreira, M.P. 2019. *Projeto Quebra Anzol, Minas Gerais: estudo de continuidade e mudança tecnológica intersítios na cultura material cerâmica*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Nabut, J.A. 2001. *Fragmentos árabes: dores de Santa Juliana e Uberaba: memórias do século XX*. Instituto Triangulino de Cultura, Uberaba.
- Pagán-Jiménez, J.R. 2004. Is all archaeology at present a postcolonial one? constructive answers from an eccentric point of view. *Journal of Social Archaeology* 4: 200-213.
- Prado Jr., C. 2011. *Formação do Brasil contemporâneo*. Companhia das Letras, São Paulo.
- Prashad, V. 2020. *Balas de Washington: uma história da CIA, golpes e assassinatos*. Expressão Popular, São Paulo.
- Putti, A. 2019. Bolsonaro: “Enquanto eu for presidente, não tem demarcação de terra indígena”. Disponível em: <<https://bit.ly/3o2xdvN>>. Acesso em: 31/10/2019.
- Ramil, V. 2019. *Estética do frio*. Oca Editorial, Lisboa.
- Revista Fórum. 2014. As 10 mentiras mais contadas sobre os indígenas. Disponível em: <<https://bit.ly/3ZZQN3p>>. Acesso em: 23/05/2018.
- Revista Fórum. 2019. Em discurso na ONU, Bolsonaro volta a culpar ONGs por explorar indígenas como “peça de manobra”. 24 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3wrzJ2j>>. Acesso em: 31/10/2019.
- Saint-Hilaire, A. 1975. *Viagem à província de Goiás*. Editora Itatiaia; Edusp, Belo Horizonte.
- Santos, B.S. 2005. As tensões da modernidade. In: *Anais do 5º Fórum Social Mundial, 2005, Porto Alegre*.
- Santos, T. 2000. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Santos, T. 2011. *Imperialismo y dependencia*. Fundación Biblioteca Ayacucho, Caracas.
- Saraiva, L.F.; Silva, L.F. 2010. Minas Gerais, regionalização e identidade, 1821-1893. In: *Anais do XIV Seminário sobre Economia Mineira, 2010, Diamantina*.
- Schwarcz, L.M. 2013. *Nem preto nem branco: muito pelo contrário*. Claro Enigma, São Paulo.
- Segato, R.L. 2006. *O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*. Universidade de Brasília, Brasília.

Por uma Arqueologia anticolonial: a ocupação Kayapó Meridional no Triângulo Mineiro e a colonização de guerra
R. Museu Arq. Etn., 37: 132-148, 2021.

Silva, K.V. 2019. Agência indígena na conquista do sertão: estratégias militares e tropas indígenas na 'guerra dos bárbaros' (1651-1704). *Estudos Ibero-Americanos* 45: 77-90.

Soares, E. 2018. O que se cala. Intérprete: Elza Soares. In: *Deus é mulher*. Deckdisk, Rio de Janeiro. (CD).

Tantaleán, H. 2014. La arqueología marxista: una perspectiva desde el Perú. *Revista de Investigaciones del Centro de Estudiantes de Arqueología UNMSM* 8: 17-28.

Viáfóra, C.; Barreto, V. 1998. A cara do Brasil. Intérprete: Ney Matogrosso. In: *Olhos de farol*. Polygram, São Paulo. (CD).